



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

**RELATÓRIO DE
LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE MONITORAMENTO**

Monitoramento, autorizado pela Decisão nº 278/2018, com o objetivo de avaliar o cumprimento das deliberações constantes do Processo TCDF nº 3759/15, que avaliou as ações empreendidas para incentivar o uso racional, minimizar o desperdício e garantir o abastecimento futuro de água no Distrito Federal.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PLANO DE MONITORAMENTO

1 Apresentação

Trata-se de Monitoramento a ser realizado na CAESB e ADASA, autorizado pela Decisão nº 278/2018 (e-doc A59CAA28-e), para verificação do atendimento das deliberações constantes da Decisão nº 2.514/2016 (e-doc D7058FBC-e).

2 Contextualização

1. A fiscalização realizada no âmbito do Processo nº 3.759/2015 teve por objetivo avaliar as ações empreendidas para incentivar o uso racional, minimizar o desperdício e garantir o abastecimento futuro de água no Distrito Federal.
2. Quando da fiscalização, constatou-se falhas nas campanhas educativas que sensibilizem para o uso consciente dos recursos hídricos; nas medidas para redução de perdas, além de demora na implantação de novos sistemas produtores. Tais falhas foram evidenciadas em 5 (cinco) Achados de Auditoria, a saber:

Tabela 1: Achados de Auditoria – Processo nº 3759/2015

Achado	Descrição
1	Ausência de campanhas periódicas e setorializadas para consumo consciente de água
2	Inaplicabilidade dos Programas de Incentivo aos condôminos que optaram pelo modelo alternativo de hidrometração individual
3	Ausência de metas de redução de perdas estabelecidas pela Agência Reguladora
4	Elevado tempo de atendimento aos chamados
5	Atraso na implantação dos novos sistemas produtores

Fonte: Relatório Final de Auditoria (e-doc E30F5C97-e).

3. Na oportunidade foi prolatada a Decisão nº 2.514/2016, em que parte das determinações foram objeto de Plano de Ação posteriormente apresentados pela CAESB e ADASA sob os e-docs D43DA492-c e 52BC9327-c, respectivamente.
4. Em monitoramento anterior, foi constatado que itens da Decisão nº 2514/2016 não haviam sido atendidos e/ou estavam em fase de cumprimento (Relatório de Monitoramento – e-doc F6213807-e). Deste modo, as determinações foram reiteradas pela Decisão nº 278/2018, juntamente com a autorização para o monitoramento. Ademais, foram exaradas determinações complementares.
5. As jurisdicionadas prestaram informações por meio dos Ofícios nº 231 e 283/2018 - ADASA (e-docs DD2DFBD3-c e B8A7708D-c) e da Carta nº 15853/2018-PR-CAESB (e-doc 03F73872-c). Entretanto, estas devem ser complementadas durante a realização do presente trabalho.
6. Os Diretores-Presidentes da CAESB e da ADASA, à época da fiscalização, eram os Srs. Maurício Leite Ludovice e Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides, respectivamente. Atualmente encontra-se à frente da ADASA o Sr. Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles e da CAESB o Sr. Daniel Beltrão de Rossiter Corrêa.

3 Notas de monitoramento 01 e 02/2020

7. A fim de atualizar a implantação, por parte das jurisdicionadas, de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

medidas buscando o cumprimento das Decisões nº 2514/2016 e nº 278/2018, foram encaminhadas as Notas de Monitoramento nº 01 e 02/2020, solicitando informações. Em resposta, foram encaminhados a NOTA TÉCNICA Nº 0053388/2020 – RRE (e-doc 566A1CCA-c) e o OFÍCIO Nº 381/2020 - ADASA/PRE (e-doc 5A4401A7-c).

3.1 DA NOTA TÉCNICA Nº 0053388/2020 – RRE

1) Atualização das informações prestadas acerca das campanhas de conscientização da população sobre o uso racional de água (Decisão nº 2514/2016, item II.a.1);

8. Sobre as campanhas de conscientização, a CAESB afirma que as realiza sistematicamente, acrescentando possuir área específica para tratar do assunto.

“O Anexo I do presente documento apresenta o Relatório de Educação Ambiental da Caesb, relativo às ações empreendidas no ano de 2019 e resultados alcançados para os projetos de educação ambiental, quais sejam Projeto Produtor de Água Mirim, Programa Produtor de Água na Bacia do Pípiripau, Ação Especial na Escola de Planaltina, Programa Produtor de Água na Bacia do Descoberto, Dia Mundial da Água, Professor do Lago, Projeto Mensageiros da Água, Clean Up Day, Projeto Caesb Aberta, Expresso ambiental: Uma Viagem pelo Ciclo do Saneamento, além da participação em eventos e produção de material educativo sobre a mesma temática.

(...)

Para 2020, o Plano de Publicidade da Caesb, publicado em 21 de fevereiro de 2020 no Diário Oficial do Distrito Federal, prevê iniciativas de divulgação e educativas no grupo Meio Ambiente, com ações dedicadas ao Uso racional da água; Sustentabilidade; Política de Meio Ambiente; Educação ambiental e Dia Mundial do Meio Ambiente, além do grupo Serviços, com atividades do Projeto Expresso Ambiental.”

2) Resultado dos “estudos e discussões necessárias para a aperfeiçoamento dos modelos de medição individualizada” mencionados na Carta nº 15853/2018-PR (Decisão nº 2514/2016, item II.a.2);

9. Sobre o tema da medição individualizada, aponta que:

“A Nota Técnica nº 301-PGO, constante do Anexo II, apresenta os resultados do projeto piloto de telemetria implantado na quadra 12 do Setor Habitacional Jardim Mangueiral, os quais estão subsidiando as discussões entre Caesb e Adasa para incluir essa modalidade de individualização na Resolução Adasa nº 15/2011. Tais discussões, estão sendo realizadas por meio do Processo SEI nº 00197-00000439/2020-25.”

3) Situação atual da revisão do Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal, cuja conclusão estava prevista para novembro de 2018 (Decisão nº 2514/2016, item II.b.1);

10. A Companhia esclarece que:

O Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal (PDAE) foi concluído em 2019 e aprovado pela Caesb por meio da Resolução de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Diretoria nº 018/2020, constante do Anexo III. O documento encontra-se disponível no Processo SEI nº 00197-00001114/2020-60 e no site da Companhia em <https://caesb.df.gov.br/empresas>.

4) Atualização do cronograma das obras de implantação dos novos sistemas produtores, em especial do Sistema Produtor do Corumbá (Decisão nº 2514/2016, item II.b.2);

11. A informação da CAESB sobre o tópico abrange essencialmente a situação das obras relativas ao Sistema Produtor de Corumbá. Esclarece que as obras são conduzidas em conjunto com a Companhia de Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) e aponta:

A ETA Valparaíso terá capacidade para captar e tratar até 5.600 L/s. A primeira etapa do empreendimento está projetada para produzir 2.800 L/s, o que possibilitará a regularização do fornecimento de água no Distrito Federal por um período de 15 anos. A ETA encontra-se em fase de recebimento, sendo que estão sendo realizados serviços de impermeabilização dos tanques de concreto armado dos módulos de tratamento.

A Adutora de Água Bruta, que parte do Lago Corumbá e leva a água bruta para tratamento na ETA Valparaíso, tem um comprimento total de 27.220 metros, sendo que o trecho inicial de 12.680 metros e a captação de água bruta estão sendo executados pela Saneago. O trecho final da adutora, de 14.540 metros, sob responsabilidade da Caesb foi concluído.

As obras do Sistema de Adução de Água Tratada do Sistema Corumbá, que compreendem a execução da Estação Elevatória de Água Tratada de Valparaíso e da Adutora de Água Tratada Valparaíso/Santa Maria também foram concluídas. Aguarda-se, no entanto, o funcionamento da captação sob responsabilidade da Saneago, para que haja disponibilidade de água para testes operacionais e de comissionamento dos equipamentos.

12. Assevera que apesar de os principais componentes do sistema estarem concluídos desde dezembro de 2019, a CAESB aguarda o início da captação e elevatória de água bruta, a ser realizada pela Saneago. No Anexo IV à Nota Técnica, traz relatório elaborado pela estatal goiana acerca do andamento das obras no Sistema Corumbá.

5) Informações atualizadas acerca da adoção de medidas efetivas para redução das perdas de distribuição (Decisão nº 278/2018, item VII);

13. Em sua resposta, a CAESB remete ao Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB/2017), informando que:

No âmbito do PDSB, as principais ações associados ao programa de perdas são: substituição de hidrômetros; implantação dos distritos de medição e controle (DMC); o controle ativo dos vazamentos (com foco nas áreas de DMC); modelagem do sistema hidráulico integrado com o sistema GIS (além de dados comerciais e operacionais); atualização do parque de macromedidores; substituição de redes e ramais; combate a fraudes e usos não autorizados.

14. Remete, também, aos investimentos realizados em decorrência de operação de crédito junto ao BID, apontando que os recursos já foram aplicados ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

se encontram em andamento, remetendo ao Anexo V para maior detalhamento.

6) Informações acerca de atualização e resultados do Plano de Ação determinado pela Decisão nº 278/2018, item IV, em especial tendo em conta os marcos temporais apontados no documento já enviado já foram superados;

15. Sobre o Plano de Ação, informou que todas as ações planejadas estão com a situação “concluída”.

7) Demais informações complementares que julgar pertinentes acerca do cumprimento da Decisão nº 278/2018.

16. A CAESB não acrescentou informações adicionais àquelas especificadas.

17. Ao final da Nota Técnica, a empresa resume sua manifestação:

Diante das informações apresentadas demonstra-se que as medidas adotadas pela Caesb apresentaram resultados significativos, não apenas para sanear os achados de auditoria apresentados pelo TCDF, mas também contribuíram para o efetivo avanço da melhoria da prestação dos serviços, especialmente, no que tange a superação da crise hídrica no Distrito Federal ocasionada pela abrupta redução dos recursos hídricos disponíveis para o abastecimento público do DF.

Conforme o Relatório de Educação Ambiental da Caesb, demonstra-se que as ações empreendidas pela Caesb para promover a conscientização quanto ao uso racional da água são realizadas sistematicamente, e contam com um planejamento para definição do público alvo, objetivos, metas e indicadores.

No que tange as medidas que visam estimular o uso da fatura individualizada, de modo a contribuir para o uso racional da água, demonstrou-se que o projeto piloto de telemetria foi implantado e que o objetivo final será facilitar o processo de individualização, de forma a incentivar os condomínios a escolherem o modelo em que a Caesb realiza o serviço de leitura e cobrança das faturas de água.

Por fim, em relação aos investimentos em ampliação da produção de água, demonstrou-se que a Caesb realizou os investimentos necessários para conclusão do Sistema Corumbá, bem como está realizando os investimentos previstos no Programa de Redução de Perdas da Caesb para reduzir o percentual de perdas no médio e longo prazo.

18. Por fim, foram juntados ao documento cópias do Relatório de Educação Ambiental da Caesb de 2019, de cartilha destinada a ensinar o público infantil, do relatório referente ao Projeto Piloto de Telemetria de Hidrômetros nos Jardins Mangueiral, da ata da Reunião de Diretoria que aprovou o Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal – PDAE/DF-2019 e do relatório Resumo de Obras, elaborado pela Saneago, documentando as obras em Corumbá.

3.2 DO OFÍCIO Nº 381/2020 - ADASA/PRE

19. As informações da Agência foram trazidas mediante o expediente supra, que encaminhou documentos elaborados pelos setores responsáveis pelas ações correspondentes:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- a) Informação Técnica n.º 3/2020 - ADASA/SAE - elenca e analisa as principais ações tomadas visando ao atendimento das Decisões exaradas pelo TCDF;
- b) Memorando n.º 13/2020 - ADASA/ACI, sobre as campanhas publicitárias de conscientização acerca do uso racional da água e sobre outros temas ambientais pertinentes, acompanhado de documentos comprobatórios das ações;
- c) Memorando n.º 21/2020 - ADASA/SPE, relacionando ações institucionais da Agência relativas à promoção da conscientização do uso racional da água, como campanhas em escolas, eventos esportivos, capacitações, etc;
- d) Memorando n.º 9/2020 - ADASA/SEF - sobre o plano de revisões tarifárias periódicas.

1) Informações acerca de atualização e resultados do Plano de Ação determinado pela Decisão n.º 278/2018, item IV, em especial tendo em conta que os marcos temporais apontados no documento enviado já foram superados;

20. Acerca do tema, informa que a implantação de telemetria para faturamento dos consumidores de água teve seu projeto piloto com resultados exitosos:

Nesse sentido, para emissão de um parecer, foi solicitado à Caesb, comparar com os atuais custos com a leitura manual, uma análise de viabilidade técnica e financeira para a implantação do sistema de telemetria nos condomínios (verticais e horizontais) que atualmente adotam o sistema alternativo de faturamento, com exceção dos casos legalmente dispensados pela Lei n.º 3.557/2005.

21. Em seguida, aponta que esta análise levou a readequação do cronograma de medidas a serem adotadas em cumprimento às determinações do Tribunal, que agora prevê atividades até fevereiro de 2021, com a publicação de nova versão da Resolução n.º 15.

2) Atualização acerca das campanhas de conscientização da população do DF acerca do uso racional da água (Decisão n.º 2514/2016, item II.a.1);

22. As informações foram elencadas nos Memorandos n.º 13/2020 - ADASA/ACI e n.º 21/2020 - ADASA/SPE, os quais relacionam campanhas publicitárias e ações institucionais da Agência relativas à promoção da conscientização do uso racional da água.

3) Situação atual da revisão geral da Resolução n.º 14/2011, referida no Ofício n.º 231/2018-PRE/ADASA, fl. 7 (Decisão n.º 2514/2016, item II.c.1);

23. Acerca do assunto, assevera:

As alterações foram realizadas em virtude do disposto na Lei Distrital n. 5.618, de 03 de março de 2016. A nova redação da Resolução n. 14/2011 foi realizada por meio da Resolução n. 11, de 22 de maio de 2018, com a seguinte redação: “Art. 29. O prestador de serviços deverá observar os prazos constantes do Anexo IV para execução dos serviços, respeitado o limite estabelecido no artigo 1º da Lei n. 5.618, de 03 de março de 2016, no caso de notificação de vazamento.”

Além dessa revisão pontual, realizada em 2018, foi realizada revisão mais abrangente da Resolução n. 14/2011 citada no item 30 do Ofício n. 231/2018, a qual entrou em vigor no dia 01/06/2020, por meio das



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Resoluções n. 12/2019 e 16/2019.

Dessa forma, considera-se que a determinação contida na Decisão n. 278/2018, referente a revisão pontual e geral da Resolução n. 14/2011, no nosso entendimento, foi atendida por meio das Resoluções n. 11/2018, 12/2019 e 16/2019.

4) Situação atual da revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal (Decisão nº 2514/2016, item II.c.2);

24. A Agência informa que:

O Plano Diretor de Água e Esgoto do Distrito Federal - PDAE/DF (38235165) foi revisado pela Caesb durante o ano de 2019 e encaminhado a esta agência em abril/2020, conforme consta no processo SEI/GDF n. 00197-00001114/2020-60.

5) Situação atual da 3ª Revisão Tarifária Periódica - RTP, referida no citado Ofício, em especial os trâmites relativos à nova resolução que trataria dos aspectos metodológicos da revisão, cuja aprovação estava prevista para novembro de 2019 (Decisão nº 2514/2016, item III);

25. No que tange à revisão tarifária, as informações pertinentes se encontram no Memorando Nº 9/2020 – ADASA/SEF, que se encontra na fl. 32 do documento encaminhado pela ADASA. Neste, conta a seguinte informação:

Em relação a este questionamento, a SEF/Adasa informa que em março de 2020, a Adasa e a Caesb assinaram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2006 – Adasa.

Este aditivo contratual dispôs sobre a postergação da terceira revisão tarifária periódica, que será realizada em 1º de junho de 2021, contemplando o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019 e mantendo-se a data-base de 1º de junho de 2020.

O Contrato de Concessão nº 01/2006 - Adasa, consolidado com seus aditivos, pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico <http://www.adasa.df.gov.br/regulacao-sae/contratoconcessao-sae>.

Em função desta alteração contratual, a Adasa atualizou o cronograma de elaboração e publicação dos módulos do Manual de Revisão Tarifária Periódica, incluindo o referente ao tratamento tarifário das perdas de água

6) Informações atualizadas acerca do “Plano de ação para implementação e sistematização dos prazos de serviços de conserto de vazamento”, tendo em vista que sua conclusão estava prevista para novembro de 2018 (Decisão nº 278/2018, item V.b);

26. Em relação a este item, também é feita menção à alteração na Resolução nº 14/2011, transcrevendo o mesmo trecho trazido na resposta ao item 3 supra, mas acrescentando a exigência de que o atendimento de emergência e reparos de vazamentos estivesse disponível 24h por dia, inclusive em feriados e finais de semana.

O monitoramento regular das ocorrências de vazamento realizado por essa Superintendência aponta percentual de casos de descumprimento do prazo de reparo de 48h contido na Lei 5.618/2016 entre 2,81% (2016) e 2,9% (2019). Este percentual é baixo quando se



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

considera o elevado número de ocorrências atendidas, com média no período de 69.000 ocorrências

(...)

Não obstante o reduzido número de ocorrências atendidas fora do prazo, esta agência determinou à Caesb a execução de estudos para adaptação do contrato de manutenção da empresa visando ao atendimento pleno da Lei 5.618/2016.

Com essa finalidade, após a realização dos citados estudos para levantamento de custos, a Caesb abriu o Pregão Eletrônico PE 043/2020, Processo SEI/GDF 092.002927/2018, com vistas à execução de serviços de manutenção corretiva, emergencial e de adequação do Sistema Distribuidor de Água Potável, de modo a atender o prazo estabelecido de reparo em 48h.

7) Informações complementares acerca de providências tomadas visando ao cumprimento dos índices máximos de perda de água, em especial os resultados da Avaliação de Desempenho da Prestação de Serviços da CAESB (Decisão nº 278/2018, item V.c);

27. Segundo a Agência, tem havido a fiscalização acerca das medidas tomadas pela CAESB para melhoria dos índices de perdas de água no sistema, apontando o Programa de Redução de Perdas executado com recursos do BID. Acrescenta que:

Este acompanhamento tem sido realizado no âmbito do Processo SEI/GDF n. 00197- 00002697/2018-21 no qual consta as seguintes ações:

- envio de relatórios semestrais pela prestadora sobre o andamento das ações do programa de perdas;*
- reuniões pontuais para esclarecimentos de dúvidas em relação as ações propostas;*
- emissão de relatórios de fiscalização para consolidação das ações de acompanhamento.*

Em relação ao não atingimento das metas de perdas estabelecidas pela Adasa na Resolução n. 08/2016 e redefinidas pelo Plano Distrital de Saneamento Básico (Lei n. 6.454/2019) destaca-se que esta agência adota o modelo de regulação por incentivos. Neste modelo está previsto um fator de qualidade (Fator X) a ser calculado nas revisões tarifárias a cada quatro anos. Após o cálculo, o Fator X será subtraído ou acrescido ao Índice de reajuste (IrB) anual, a depender do alcance ou não das metas. A primeira aplicação deste Fator será feita na terceira revisão tarifária periódica, que será realizada em 1º de junho de 2021.

28. Defende que há incentivos econômicos para que a CAESB atinja as metas estabelecidas de redução da perda de água, uma vez que o atingimento implica em um incremento de 0,5% no valor das tarifas autorizadas. Deste modo, considera suficiente sua atuação como órgão regulador, uma vez que acompanha as medidas adotadas pela CAESB e existe metodologia de cálculo tarifário que pune o não atingimento de metas.

8) Resultado dos estudos prévios referidos no Ofício nº 231/2018-PRE/ADASA acerca da eventual implementação de medidas de compensação aos usuários



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

nos casos de descumprimento dos prazos de atendimento pela CAESB (Decisão nº 278/2018, item VI);

29. A ADASA informa não aplicar tal metodologia no setor de saneamento, mas considera factível sua adoção. Não foram, contudo, realizados os estudos prévios informados no Ofício supra. O órgão defende que o tema está inserido na “agenda regulatória da ADASA”.

9) Demais informações complementares que julgar pertinentes acerca do cumprimento da Decisão

30. A ADASA respondeu aos itens 1 a 8, ponto a ponto. Quando ao 9, relacionou os quatro documentos internos, já comentados, razão pela qual eventuais comentários pertinentes já se encontram nos comentários aos demais itens.

4 Objetivos

4.1 Objetivo Geral

31. Constitui objetivo geral do presente monitoramento avaliar o grau de implementação de medidas previstas nas Decisões nº 2514/2016 e nº 278/2018 com vistas ao uso racional de água, à redução do desperdício e ao abastecimento futuro do DF.

4.2 Objetivos Específicos

32. Responder às seguintes questões de monitoramento:

- a. QM1 - a ADASA e a CAESB adotaram medidas capazes de reduzir o consumo d'água per capita no DF?
- b. QM2 - a ADASA implementou ações com objetivo de reduzir o prazo de atendimento dos serviços prestados pela CAESB?
- c. QM3 - Os investimentos em novos sistemas produtores estão ocorrendo dentro dos prazos planejados?
- d. QM4 – As jurisdicionadas dispõem de um plano de ação efetivo para a implementação de ações visando ao uso racional da água, à redução do desperdício e ao abastecimento futuro do DF?

5 Escopo

33. O monitoramento abrangerá o cumprimento das deliberações constantes na Decisão nº 2514/2016, itens II e III, bem como da Decisão nº 278/2018, itens V, VI e VII, avaliando as ações e, se possível, os resultados alcançados pelas jurisdicionadas.

34. Cumpre ressaltar que, como as determinações contidas na Decisão nº 2514/2016 foram consideradas em cumprimento ou não cumpridas, parte do trabalho será similar ao primeiro monitoramento, que resultou na Decisão nº 278/2018, a qual reiterou as determinações anteriores, com acréscimos.

35. O teor das deliberações cujo cumprimento será monitorado encontra-se

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

indicado nas tabelas a seguir:

Tabela 2: Itens da Decisão nº 2514/2016 a serem monitorados

Item	Descrição
II	Determinar à Adasa e à Caesb que:
a.1	de forma individualizada, quando do planejamento das campanhas de conscientização da população do Distrito Federal, delimitem o público alvo a ser atingido, formulando campanhas setorializadas, definindo as metas e os objetivos a serem alcançados, de modo a mensurar o efeito das ações realizadas (Achado 1)
a.2	de forma conjunta, realizem estudo de viabilidade com a finalidade de propor alterações na Lei n.º 4.383/2009, de forma a estipular a responsabilidade da concessionária pelas medições individuais em todas as unidades residenciais, ressalvando os casos previstos na Lei n.º 3.557/2005, quando seja comprovadamente inviável, técnica e economicamente, a instalação de hidrômetros individualizados, ou propor medidas que visem estimular o uso da fatura individualizada, de modo a contribuir para o uso racional da água (Achado 2)
b	Determinar à Caesb que:
b.1	atualize o Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal, de modo a permitir diagnóstico sobre a situação de produção e consumo de água no âmbito do Distrito Federal, e apresentar de forma consolidada o conjunto de intervenções, melhorias e ampliações que deverão nortear as ações a serem implementadas no sistema, objetivando o atendimento adequado da população para as próximas décadas (Achado 5);
b.2	elabore cronograma atualizado das obras de implantação dos novos sistemas produtores, remetendo-o a esta Corte de Contas no prazo de 60 (sessenta) dias (Achado 5);
c	Determinar à Adasa que:
c.1	realize estudo de viabilidade com a finalidade de propor a redução dos prazos máximos de atendimento aos serviços realizados pela Caesb, especificamente aos que resultem em vazamento de água, levando em consideração o disposto na Lei n.º 5.618/2016, estipulando, inclusive, o tempo de espera pelo usuário desde a abertura do chamado até o início da execução (Achado 4);
c.2	acompanhe a revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal a ser conduzida pela Caesb (Achado 5)
III	recomendar à Adasa que verifique a viabilidade de fixar nas revisões periódicas vindouras do Contrato de Concessão n.º 001/2006-Adasa que os valores de índices máximos de perdas de água no sistema produtor e distribuidor de água do Distrito Federal sejam definidos em percentuais segregados para os diferentes tipos de perdas, quais sejam, reais ou físicas e aparentes ou não físicas (Achado 3)

Fonte: Decisão TCDF nº 2514/2016 (e-doc D7058FBC-e).

Tabela 3: Itens da Decisão nº 278/2018 a serem monitorados

V	determinar à Adasa que:
a	à luz do princípio da legalidade, a que se submete à Administração Pública, adapte a Resolução n.º 14/11-Adasa ao estipulado na Lei n.º 5.618/16, deixando de aplicar, desde já, os dispositivos de resolução que contrariam o fixado em lei stricto sensu;
b	em até 90 (dias) dias, implemente mecanismos de controle para apuração de descumprimentos do prazo previsto no art. 1º da Lei n.º 5.618/16 e para aplicação da multa constante do art. 5º do mesmo diploma legal;
c	adote providências diante do reiterado descumprimento, pela Caesb, dos percentuais máximos de perdas de água;
VI	recomendar à Adasa que avalie a possibilidade de criar medidas de compensação aos usuários nos casos de descumprimento dos prazos de atendimento determinados pela Agência e em leis que tratam da matéria, de forma semelhante ao previsto no art. 151 da Resolução Normativa n.º 414/10-ANEEL
VII	determinar à Caesb que, em 180 (cento e oitenta) dias, apresente medidas efetivas para redução das perdas de distribuição, indicando o prazo necessário para o atendimento dos níveis estabelecidos pela agência reguladora local

Fonte: Decisão TCDF nº 278/2018 (e-doc A59CAA28-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

6 Cronograma

36. A execução dos trabalhos ocorrerá de acordo com o seguinte cronograma:

Tabela 4 - Cronograma de atividades

Atividade	Dias úteis necessários
Realização dos trabalhos de campo	20
Elaboração das Matriz de Achados de Monitoramento	5
Elaboração do Relatório de Monitoramento	5
TOTAL	30

7 Matriz de Planejamento

37. A Matriz de Planejamento está juntada aos presentes autos (PT 01, e-doc CE40246F-e).

Brasília-DF, 24 de novembro de 2020.

Marcelo de Oliveira Ribas
ACE – Mat. 0636-0